

ESTATUTO DA APSEM – Associação Piauiense dos Produtores de Sementes e Mudanças

CAPITULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, PRAZO DE DURAÇÃO E FINALIDADE.

Art. 1º - A APSEM - Associação Piauiense dos Produtores de Sementes e Mudanças, pessoa jurídica de direito privado sociedade civil sem fins lucrativos, constituída em 06 de Fevereiro 1996.

Art.2º - A associação tem sede e foro jurídico na cidade de Teresina - Estado do Piauí.

Art.3º - o prazo de duração da associação é por tempo indeterminado.

Art.4º - A associação tem por finalidade congrega os produtores, profissionais e técnicos da área de sementes e mudas do Estado do Piauí, a fim de promover os seguintes objetivos:

- a) Incentivar e promover a produção de sementes e mudas já existentes e de novas cultivares, fomentando o desenvolvimento, a tecnologia e a pesquisa nesse setor no Estado do Piauí;
- b) Expandir o comércio de sementes e mudas no Estado do Piauí, e estimular a venda para outros Estados, bem como a exportação;
- c) Adquirir, comprar, receber, produtos agropecuários (sementes, mudas, adubos, corretivos agrícolas, inseticidas, fungicidas e herbicidas) produzidos pelos próprios associados ou por terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, estranhos ao quadro associativo, para fins de comercialização e fornecimento junto a entes públicos e/ou privados;
- d) Promover a produção, armazenagem e a comercialização de sementes e mudas produzidas por pequenos agricultores familiares do Estado do Piauí;
- e) Organizar e manter toda a prestação de serviços que possa ser útil aos associados;
- f) Orientar seus associados em todas as fases de produção e comercialização de sementes e mudas;
- g) Promover as sementes e mudas Piauienses, divulgar assuntos de interesse dos produtores, bem como manter os associados informados das atividades da APSEM;
- h) Defender os interesses dos associados junto aos órgãos oficiais, sociedade de economia mista e empresas públicas ou privadas permanecendo ativa e vigilante a tudo quanto possa concorrer para o desenvolvimento e prosperidade da classe;
- i) Impetrar mandado de segurança coletivo em defesa dos interesses dos associados;
- j) Promover a participação de encontros, congressos, seminários, reuniões e debates que visem o interesse da classe;
- k) Celebrar contratos ou convênios com órgãos públicos ou privados que visem o interesse da classe;
- l) Promover a adoção de regras e normas que visem a beneficiar e a aperfeiçoar os processos tecnológicos e a comercialização de sementes no Estado;
- m) Zelar pela ética profissional entre os associados;
- n) Registrar marca de sementes e mudas desenvolvidas;
- o) Prestação de serviços junto aos produtores rurais nos diversos sistemas de produção agrícola, tais como: cursos de capacitação, simpósio, congresso, seminário, treinamentos, dia de campo;
- p) Capacitar os associados da APSEM, assim como seus empregados, em todas as fases de produção de sementes e mudas.

REGISTRO MICROFILMADO
SOB Nº 2783

Teresina Cartório 6º Ofício de Notas
Teresina-Pi

Cartório do 6º Ofício de Notas
Francisca de F. R. de Carvalho
Escritorante Compromissada
Teresina-Pi

q) Adquirir insumos necessários para produção de sementes e mudas de seus associados.

2/33

Art.5º: A APSEM através do seu Conselho Diretor, poderá criar e manter Núcleos Regionais, Departamentos, Escritórios e Assessorias em qualquer parte do Estado e do País, desde que de conveniência da APSEM e seus associados. Os referidos cargos terão função de Direção Local/Regional e serão ocupados por técnicos ou produtores eleitos em Assembléia Geral pelos associados de cada núcleo a que irão pertencer, ou na falta de associados, indicados pelo Conselho de Diretor.

Capítulo II

DOS ASSOCIADOS

Art.6º - Poderão se associar, os produtores de sementes e mudas do Estado do Piauí, pessoas físicas jurídicas, que subscreverem este Estatuto e mais aqueles que desejarem se associar e tiverem seu pedido aceito.

Parágrafo 1º: para admissão de novo associado, este deverá ser indicado por um membro da associação do mesmo segmento.

Parágrafo 2º. Sua proposta poderá ser vetada por qualquer sócio, podendo ser revista na próxima assembléia geral.

Parágrafo 3º. Só considerar-se-á efetivada a proposta de admissão de novo sócio após aceita pelo Conselho Diretor e paga a jóia à tesouraria.

Parágrafo 4º - A data efetiva de admissão será aquela da concordância por escrito do Conselho Diretor.

Art.7º - Denegado o pedido de admissão pelo Conselho Diretor caberá recurso à primeira Assembléia Geral que se realizar.

Art.8º - Os associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Art.9º - A qualidade de sócio é intransferível.

Art.10º - Os sócios poderão demitir-se da Associação mediante notificação por escrito ao Conselho Diretor.

Parágrafo Único – A perda de qualidade de sócio não exime da obrigação de pagar as contribuições em atraso, as quais devem ser liquidadas antes do pedido de admissão a fim de que o Conselho Diretor possa apreciá-lo.

Art.11 As readmissões, conforme Artigo 6º, parágrafo 1, 2, 3, e Artigo 7º.

Parágrafo Único – O associado eliminado por falta de pagamento das suas contribuições poderá voltar ao quadro social, fazendo nova proposta, pagando nova jóia e todas as contribuições sociais em atraso referentes ao período anterior, acrescidas de juros e correção monetária.

Art.12 - Qualquer associado que faltar com seus deveres estatutários, poderá ser eliminado definitivamente pelo Conselho Diretor.

Parágrafo Único – o associado eliminado pode dentro do prazo de 30 dias contados da data de recebimento da notificação de eliminação interpor recurso, que terá efeito suspensivo até a primeira Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária.

Cartório do 6º Ofício de Notas
Francisca de F. R. de Carvalho
Escriturante Compromissada
Teresina-PI

REGISTRO MICROFILMADO
SOB Nº 5483

Teresina Cartório 6º Ofício de Notas

assinatura

assinatura

Art.13 - São direitos dos associados:

- a) Tomar parte nas Assembléias gerais e nela deliberar;
- b) Votar e ser votado para funções administrativas;
- c) Propor a admissão, demissão e eliminação de associados;
- d) Convocar Assembléia Gerais extraordinárias conforme preceitua o art.17º;
- e) Participar das reuniões do Conselho Diretor;
- f) Ser indicado para representar a APSEM nos termos do art.30º letra f;
- g) Propor ao conselho Diretor ou a Assembléia Geral medidas de interesse mútuo;
- h) Solicitar por escrito a qualquer tempo informações sobre as atividades da Associação e a partir da data de publicação do edital de convocação da Assembléia Geral Ordinária, consultar na sede da Associação, os livros, relatórios, balanço geral e contas correspondentes, bem como parecer do Conselho Fiscal e da auditoria contábil externa, esta se houver.

3/11

Art.14 São deveres dos associados:

- a) Cumprir fielmente as disposições deste estatuto e as decisões do Conselho Diretor e das Assembléias;
- b) Comunicar por escrito ao Conselho Diretor toda e qualquer irregularidade que observe dentro da área;
- c) Não se esquivar às incumbências que lhe forem atribuídas pelo Conselho Diretor, emprestando-lhe o maior apoio possível;
- d) Pagar contribuições regularmente fixadas pela Assembléia Geral;
- e) Zelar pelos interesses morais e materiais da Associação;

Parágrafo Único – será suspenso do exercício de seus direitos, pelo prazo que se mantiver em situação irregular, o associado que atrasar mais de três prestações, qualquer que seja o critério fixado das contas devidas.

CAPITULO III

DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E DE ADMINISTRAÇÃO

Art.15. Os órgãos sociais e de administração são:

- a) Assembléia Geral;
- b) Conselho Diretor;
- c) Conselho Fiscal;
- d) Conselho de Ética;

Art. 16 - A Assembléia Geral dos associados é o Órgão supremo da associação e dentro dos limites legais, e deste estatuto, poderá tomar toda e qualquer decisão de interesse da sociedade e suas deliberações vinculam e obrigam a todos ainda que ausentes ou discordantes

Parágrafo Primeiro - A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, no decorrer do 1º trimestre e até 31 de março e, extraordinariamente, sempre que for julgado conveniente.

Parágrafo Segundo – A Assembléia será normalmente convocada pelo Diretor-Presidente, mas, se ocorrerem motivos graves ou urgentes, poderá também ser convocada por qualquer outro membro da Diretoria, pelo Conselho Fiscal, ou ainda por 1/5 dos associados em pleno gozo dos direitos sociais, após solicitação não atendida.

Cartório do 6º Ofício de Notas
Francisca de F. R. de Carvalho
Escritoriente Compromissada
Teresina-PI

REGISTRO MIGRACIONÁRIO
SUB Nº 5783
Teresina Cartório 6º Ofício de Notas
Teresina - PI

[Assinatura]

[Assinatura]

4/31

Art. 17 - A Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária será convocada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, na forma de Edital, através da imprensa escrita com circulação Estadual, mediante avisos circulares registrados enviados a cada associado, e afixado nos lugares públicos de fácil acesso dos associados, devendo constar sempre da convocação à ordem do dia, local e hora da reunião.

Art.18. Compete a Assembléia Geral Ordinária que será realizada até o dia 31 de março de cada ano:

- a) Eleger e empossar o Conselho Diretor, Conselho Fiscal e Conselho de Ética;
- b) Apreçar e votar contas, balanços e pareceres do Conselho Fiscal;
- c) Fixar jôia e mensalidade para o exercício entrante;
- d) Resolver sobre a aquisição, venda ou alienação de bens imóveis, constando claramente da ordem do dia esta intenção;
- e) Criar ou extinguir núcleos regionais;
- f) Quaisquer assuntos de interesse social, excluídos os enumerados no Art. 19, letras a e b.

Art. 19 – Compete a Assembléia Geral Extraordinária, em especial:

- a) Deliberar sobre a dissolução voluntária da associação e, neste caso, nomear os liquidantes e votar as respectivas contas;
- b) Alterar por proposta do Conselho Diretor ou por 20% dos seus associados o estatuto social, devendo obrigatoriamente constar na ordem do dia da convocação, esta proposição;
- c) outros assuntos de interesse da sociedade;

Art. 20 - A Assembléia será presidida pelo Diretor Presidente e secretariada pelo 1º Secretário.

Art.21 A Assembléia Geral será convocada mediante editais, com antecedência mínima de 15 dias, funcionando em primeira convocação com a presença mínima da maioria absoluta dos associados e, em segunda convocação, com um mínimo de 1/3 (um terço) dos associados aptos a votarem.

Parágrafo 1º - As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos dos associados presentes em pleno gozo dos direitos sociais, excetuando-se os casos previstos no Art.19, letras a e b, em que é exigida a maioria de 2/3 (dois terços), dos presentes desde que a convocação aos associados tenha sido feita por aviso registrado (AR)

Parágrafo 2º - Cada associado terá direito a um só voto, vedada a representação, e a votação será pelo voto secreto salvo deliberação em contrário da Assembléia geral.

Art. 22 - A ata dos trabalhos e resoluções da Assembléia, será lavrada nos finais dos trabalhos, em livro competente ou folhas de papel A4 e assinadas pelos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal presentes, por uma comissão constituída de 5(cinco) associados designados pela Assembléia e, ainda, por quantos o queiram fazer.

CONSELHO DIRETOR

Art. 23 O Conselho Diretor será eleito em Assembléia Geral e terá mandato de 3 (três) anos, podendo os conselheiros serem reeleitos, desde que haja renovação de 1/3 de seus membros.

Rodolfo

[assinatura]

Carilho do 6º Ofício de N.
Francisco de F. R. de Carval.
Escrevente Compromissário
Teresina-PI

REGISTRO MIGRACIONÁRIO
SUB Nº 5783

Carilho do 6º Ofício de Notas
Teresina - PI

Art.24 - O Conselho Diretor tem a seguinte estrutura: 1 (um) Presidente; 1 (um) Vice-Presidente; 1 (um) Primeiro Secretário; 1 (um) Segundo Secretário; 1 (um) Primeiro Tesoureiro; 1 (um) segundo Tesoureiro; 01(um) Diretor comercial de mudas ; 1(um) Diretor comercial de sementes;

Parágrafo único: O diretor comercial de mudas e o diretor comercial de sementes serão eleitos respectivamente pelos sócios produtores de mudas e, ou mudas e sementes e pelos produtores de sementes e, ou sementes e mudas.

Art.25 - As reuniões do Conselho Diretor devem ser trimestrais e são válidas com a presença de no mínimo 2/3 (dois terço) dos membros, sendo que todos os membros terão direito a voto, deliberando por maioria simples, cabendo ao Diretor Presidente, ou a quem lhe fizer a vez além do seu voto, o voto de desempate.

Art.26 - O Conselheiro Diretor que faltar a 2 (duas) reuniões consecutivas ou as 3 (três) alternadas, sem justificativa, perderá o seu mandato, devendo ficar consignado em ata do Conselho Diretor.

Art.27 - Será convocada uma Assembléia Geral Extraordinária caso vague mais da mais da metade do Conselho Diretor. Estes Diretores então eleitos, apenas completarão o mandato dos anteriores.

Art.28 - Cabe ao Conselho Diretor:

- a) Redigir, aprovar ou modificar o regimento interno da Associação;
- b) Resolver sobre despesas e promover a execução orçamentária da Associação;
- c) Prestar contas à Assembléia Geral Ordinária, com parecer do Conselho Fiscal incluindo contas e balanços, bem como, relatório e programa de trabalho;
- d) Tomar decisões na vida administrativa Associação;
- e) Deliberar quanto à admissão, demissão, eliminação ou exclusão de associados;
- f) Deliberar sobre a propositura de mandado de segurança coletiva;
- g) Autorizar o presidente e o secretário à celebração de contratos ou convênios com entidades congêneres ou particulares, ou órgãos oficiais;
- h) Convocar Assembléias;
- i) Nomear os representantes da APSEM junto aos órgãos estaduais de produção, fiscalização e comércio de sementes e mudas, assim como, promover a indicação de representantes piauienses para a área federal;
- j) Contrair empréstimos ou financiamentos para aplicar em empreendimentos que visem a prestação de serviços a seus associados;
- l) Administrar a Associação fazendo cumprir todas as deliberações da Assembléia Geral;
- m) Nomear os Diretores Titulares e Suplentes da APSEM na CESM/PI.

DIRETOR PRESIDENTE

Art. 29 - Cabe ao Diretor Presidente:

- a) Presidir as reuniões do Conselho Diretor e das Assembléias Gerais exceto quando for denunciado pelo conselho de Ética;
- b) Representar a Associação ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- c) Emitir cheques em conjunto com o tesoureiro e, ainda, assinar com este, outros documentos de ordem social ou representativos da Associação;
- d) Dar voto de desempate nas reuniões do Conselho Diretor;
- e) Admitir e demitir funcionários;
- f) Constituir mandatários, ad-referendum do Conselho Diretor;
- g) Assumir ou indicar um sócio para as funções do Diretor comercial de sementes e/ou de mudas em caso de licença ou vacância do cargo por qualquer natureza.

assinado

(assinado)

Cartório do 6º Ofício de Notas
Francisca de F. R. de Carvalho,
Escritoriente Compromissari
Teresina-PI

REGISTRO MUNICIPAL
CD Nº 5783
Cartório do 6º Ofício de Notas
Teresina - PI

6/11
Art. 30 - Cabe ao Diretor Vice -Presidente:

- a) Substituir o presidente em seus impedimentos ou representa-lo a seu pedido.

DIRETOR 1º SECRETÁRIO

Art. 31 - Cabe ao Diretor 1º Secretario:

- a) Redigir ou mandar redigir as atas de reuniões do Conselho Diretor e das Assembléias Gerais;
- b) Responsabilizar-se pelos arquivos da Associação;
- c) Incumbir-se das correspondências da Associação;
- d) Dinamizar a seção de divulgação da Associação;
- e) Assinar com o presidente documentos de ordem social ou representativos da Associação;
- f) Rubricar livros e outros de importância social.

Art. 32 - Cabe ao Diretor 2º Secretario:

- Auxiliar o 1º Secretário em seus trabalhos e substituí-lo em seus impedimentos.

DIRETOR 1º TESOUREIRO

Art.33 - Cabe ao Diretor 1º Tesoureiro:

- a) Cuidar da administração financeira da Associação;
- b) Assinar cheques e outros documentos de ordem financeira com o presidente;
- c) Apresentar na Assembléia Geral Ordinária um orçamento para o próximo exercício;
- d) Fornecer o relatório financeiro anual à Assembléia, ou balancetes, quando exigido;

Art.34 - Cabe ao Diretor 2º Tesoureiro:

- Auxiliar o primeiro tesoureiro em seus trabalhos e substituí-los em seus impedimentos

DIRETOR COMERCIAL DE MUDAS

Art.35 - Cabe ao Diretor comercial de mudas

- a) Representar a Associação ativa ou passivamente na companhia ou não de outro membro do Conselho Diretor junto a instituições, órgãos públicos ou privados e eventos no tocante a produção, comercialização e fomento do setor de mudas;
- b) Manter-se inteirado da comercialização de mudas buscando contratos, convênios, participações de licitações e tendência de mercado de interesse da Associação;
- c) Manter o Conselho Diretor atualizado do desempenho de atividades;
- d) Organizar, em consonância com os associados, a produção e comercialização de mudas;
- e) Submeter à análise do Conselho Diretor suas possíveis tomadas de decisões referente à comercialização de mudas.

DIRETOR COMERCIAL DE SEMENTES

Art.36 - Cabe ao Diretor comercial de sementes

- a) Representar a Associação ativa ou passivamente na companhia ou não de outro membro do Conselho Diretor junto a instituições, órgãos públicos ou privados e eventos no tocante a produção, comercialização e fomento do setor de sementes;
- b) Manter-se inteirado da comercialização de sementes buscando contratos, convênios, participações de licitações e tendência de mercado de interesse da Associação;
- c) Manter o Conselho Diretor atualizado do desempenho de atividades;

Cartório do 6º Ofício de Notas
Francisca de F. R. de Carvalho
Escrevente Compromissar
Teresina - PI

REGISTRO DE MUDAS
V.D.N. 5783
Cartório 6º Ofício de Notas
Teresina - PI

assinatura

assinatura

- 7/11
- d) Organizar, em consonância com os associados, a produção e comercialização de sementes;
- e) Submeter à análise do Conselho Diretor suas possíveis tomadas de decisões, referente à comercialização de sementes.

DIRETOR REPRESENTANTE TITULAR DA APSEM NA CESM – PI

Art.37 - Cabe ao Diretor Representante Titular da APSEM na CESM /PI:

- a) Representar o pensamento do Conselho Diretor na CESM – PI;
- b) Colher e transmitir os resultados das reuniões da CESM/PI;
- c) Defender dinamicamente os princípios da Associação e os interesses dos associados.

Art.38 - Cabe ao Diretor Representante Suplente da APSEM na CESM/PI.

- Auxiliar o Diretor Representante Titular e substituí-lo em seus impedimentos.

DIRETOR REGIONAL

Art. 39 - Cabe ao Diretor Regional

- a) Presidir as reuniões do núcleo regional;
- b) Coordenar todas as atividades do núcleo;
- c) Representar o núcleo em solenidade, reuniões, conferencias e congressos, dentro de sua área ou nomear substitutos ou comissões para este fim.
- d) Cumprir o regimento interno, elaborado pelo Conselho Diretor.

CONSELHO FISCAL

Art.40 - O Conselho Fiscal é composto de 3 (três) membros e respectivos suplentes, eleitos em Assembléia Geral com mandato coincidente com o Conselho Diretor, podendo os conselheiros serem reeleitos, desde que haja renovação de 1/3 de seus membros

Art.41 - Cabe ao Conselho Fiscal:

- a) Fiscalizar as finanças e patrimônio da Associação fazendo exame das contas e emitindo parecer. Compete-lhe ainda, denunciar e dar ou sugerir soluções e eventuais irregularidade ocorridas na vida financeira ou patrimonial da Associação, podendo para tanto convocar Assembléias Gerais;
- b) Reunir-se trimestralmente para apreciar as contas da Associação;
- c) Examinar livros, contas e documentos necessário ao cumprimento das suas atribuições, podendo para tanto se necessário contratar o assessoramento de técnico especializado e valer-se dos relatórios e informações de serviços de auditoria externa, ocorrendo todas as despesas por conta da APSEM.

CONSELHO DE ÉTICA

Art.42 - O Conselho de Ética tem como objetivo analisar, discutir e deliberar questões relativas à condutas dos associados, e infringências às normas de produção de sementes e mudas os que envolvam conflitos entres os mesmos.

- a) Entende por conduta ética, o comportamento que caracteriza o respeito mútuo, a defesa dos interesses da categoria e busca de seu desenvolvimento econômico;
- b) As análises, discussões e deliberações versarão sobre conflitos, desvio de objetivos, prática nocivas ao desenvolvimento da categoria e denúncias fundamentais.

8/11

- Art.43 – O Conselho será composto por 5 (cinco) membros titulares e 2(dois) suplentes.
- O diretor presidente da Associação é membro nato do conselho e atuará como coordenador;
 - Os demais membros em número de 4 (quatro) titulares e 2 (dois) suplentes serão escolhido em eleição, por ocasião da Assembléia Geral Ordinária em que ocorrer eleição da diretoria da Associação;
 - Os membros do conselho poderão ser reeleitos, por mais um mandato;
 - Ocorrendo renúncia de 2 (dois) membros, o Conselho Diretor indicará os substitutos.

Art.44 – Das reuniões e deliberações:

- As reuniões serão realizadas sempre que necessárias, mediante fatos ou solicitações que as justifiquem;
- As convocações para participar de reuniões serão feitas pelo coordenador ou por 3 (três) membros do Conselho;
- O número mínimo de presentes com direito a voto, para a realização de uma reunião, será de 3 (três) membros eleitos para o Conselho;
- As deliberações serão tomadas por maioria simples dos membros em condições de exercer o voto;
- Quando forem tratados assuntos que envolvam interesses do associado com membro indicado para o Conselho, este não terá direito a voto, sendo substituído por um suplente;
- Os membros poderão solicitar o assessoramento de profissionais para melhor subsidiar as decisões;
- As deliberações tomadas pelo conselho serão lavradas em livro próprio;
- O conselheiro que faltar a 2 (duas) reuniões consecutivas ou 3(três) alternadas dentro do exercício perderá automaticamente o cargo, sendo substituído pelo suplente.

Art.45 -Das finalidades do Conselho de Ética:

- Prestar orientação e esclarecimentos aos associados no que concerne a conduta ética;
- Propor advertência, suspensão e eliminação do associado infrator, do quadro de associados da APSEM;
- Propor denúncia do associado infrator para o órgão certificador do Estado do Piauí SEAAB –RH/ EMATER, MAPA, agentes financeiros, especialmente Banco do Brasil S/A., outras Associações Estaduais e Associação Brasileira de Produtores de Sementes e Mudanças, outras entidades ou órgãos através do Conselho Diretor.

Art.46 - Dos procedimentos:

- Todo processo deverá Ter origem em denuncia feita por escrito, acompanhada de provas e encaminhadas ao Conselho Diretor e Conselho de Ética;
- Poderá o Conselho de Ética, quando assim achar necessário, convocar os envolvidos para depoimento;
- Todo denunciado terá direito a defesa;
- O prazo máximo para o denunciado apresentar sua defesa é de 30(trinta) dias a partir do dia do recebimento da posição tomada pelo Conselho de Ética;
- A decisão do conselho de Ética deverá ser cientificado ao denunciado dando os motivos da acusação, prazo e instâncias de defesa, através do Conselho Diretor;
- As correspondências devem ser envidas na modalidade que garanta a comprovação do recebimento;
- O parecer do Conselho de Ética deverá ser encaminhado ao Conselho Diretor para a promulgação;
- O denunciado poderá recorrer das decisões e penalidades em primeira instancia ao Conselho Diretor.

REGISTRO MICROFILMADO
CDN: 5703

Arquivo do 6º Ofício de Notas
Francisca de F. R. de Carvalh
Escritório Compromissada
Teresina-Pi

Arquivo do 6º Ofício de Notas
Teresina - PI

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

9/11
Art.47 - Das penalidades:

- a) Em função da gravidade da infração o associado poderá receber a punição de advertência, suspensão ou eliminação;
- b) A advertência poderá ser verbal ou por escrito;
- c) A suspensão do quadro de associados poderá ser no período de 30, 90, 180 (trinta, noventa ou cento e oitenta) dias, podendo as medidas serem tomadas em seqüência;
- d) A eliminação ocorrerá em casos de extrema gravidade e será de caráter público;
- e) Ocorrendo denúncias contra não associados após julgamento, sendo impetrada responsabilidade ao denunciado pelo conselho de Ética, será feita denuncia formal aos órgãos e entidades relacionadas na letra "C" do artigo 45º.

Art.48 - O Conselho de Ética poderá utilizar-se de toda a estrutura da APSEM.

CAPITULO IV

DO PATRIMÔNIO SOCIAL E DAS DESPESAS

Art.49 - O Patrimônio Social será formado:

- a) Pelas mensalidades e jóias, fixada pela Assembléia;
- b) Por donativos, legados ou subvenções;
- c) Por receitas eventuais de seus bens ou serviços.
- d) Por receita oriunda da venda de mudas e sementes pelos produtores, através da APSEM no porcentual de 2% (dois por cento) do valor comercializado.

Art. 50 - A despesa será feita pelo patrimônio social, dentro das possibilidades orçamentárias.

CAPITULO V

DAS ELEIÇÕES DO CONSELHO DIRETOR

Art. 51 - O Conselho Diretor será eleito trienalmente nas Assembléias Ordinárias que se realizarão até o dia 31 de março exercendo seu mandato até o momento da posse do novo Conselho Diretor.

1º - As chapas deverão ser apresentadas ao conselho diretor 72(setenta e duas) horas antes do início da Assembléia, por qualquer associado que esteja em dia com a tesouraria.

2º Só poderão votar e ser votados os associados que, estiverem quites com a tesouraria.

3º É vedada a candidatura do sócio a qualquer cargo, quando este exercer mandato eletivo nos poderes: Municipal , Estadual e Federal.

CAPITULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.52 -É vedada a remuneração dos cargos do conselho diretor, do conselho fiscal e conselho de Ética, bonificações, vantagens a dirigentes, associados sob qualquer forma ou pretexto, exceto o pagamento de diárias operacionais ou administrativas, despesas de viagens, e outras pertinentes aos objetivos da APSEM.

assinatura a

10/31

Parágrafo Único - As despesas referidas no "caput" deste artigo serão resultantes dos 2% (dois por centos) arrecadados pela Associação, conforme art. 49, alínea "d", com limite de gastos de até 40% (quarenta por cento) dos recursos de venda de mudas e de até 40% (quarenta por cento) da venda de sementes, para custear as despesas resultantes das atividades da diretoria de mudas e da diretoria de sementes, respectivamente.

Art. 53 - A Associação não pode distribuir dividendos de espécie alguma, nem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas receitas, e aplicará inteiramente no país seus recursos na realização dos objetivos instrumentais e transferirá o superávit verificado no exercício financeiro ao novo conselho diretor, que o aplicará tão somente no comprimento de suas finalidades sociais.

Art.54 - O exercício social coincide com o ano civil.

Art.55 - A nenhum associado, pela demissão, exclusão ou abandono da associação será lícito pleitear ou reclamar direitos ou indenizações sob qualquer forma, título ou pretexto.

Art.56 - A Associação tem tempo de duração indeterminado e só poderá extinguir-se, quando não puder levar a efeito sua finalidade social e por deliberação de uma Assembléia Geral Extraordinária, expressamente convocada para esse fim através de aviso registrado, com votação favorável à extinção, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias por 2/3 dos votos dos presentes ou ainda decisão judicial.

Art.57 - Extinta a Associação, o patrimônio social e seus bens, respeitadas as doações condicionais, serão destinadas a uma entidade congênere legalmente constituída.

Art.58 - Os casos omissos deste Estatuto serão resolvidos pelo Conselho Diretor de acordo com o Regimento Interno e o Código Civil Brasileiro.

Parágrafo Único - Da decisão do conselho diretor caberá recurso a Assembléia Geral convocada dentro de 60 dias, a contar da data de expedição daquela decisão.

Art.59 - O presente Estatuto ratificado na Assembléia Geral entrará em vigor a partir do dia 14 de outubro de 2005.

Teresina, 29 de setembro de 2016.

6º OFÍCIO

Ranilson Roberto Bezerra da Silva
Diretor Presidente

1º OFÍCIO

Laurindo José Vieira da Silva
Laurindo José Vieira da Silva

OAB/PI: 4359

SERVIÇO NOTARIAL E DE REGISTRO - JOÃO CRISÓSTOMO

1º OFÍCIO - 2ª CIRCUNSCRIÇÃO

Belª Maria Elizabeth Paiva e Silva Müller - Tabellã

Rua Lizandro Nogueira, nº 1155, CEP: 64000-200

Fone: (86) 3221-7513 - Fax: (86) 3221-9034 - Teresina - Piauí - E-mail: tabjo@uol.com.br

Cartório João Crisóstomo
1º Of. de Notas e Reg. de Imóveis
e Autenticação de Assinaturas
Reservado e Autorizado
Pelo Conselho Notarial
do Estado do Piauí
Teresina - PI

RECONHECIMENTO
DE FIRMA
Nº ANG 065445
Série 107

RECONHECIDO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE LAURINDO JOSE VIEIRA DA
SILVA. DOU FE. EM TEST. DA VERDADE.
TERESINA-PI, 25/11/2016. Emol.:3,52 TJ:0,35 Selo:0,10 Total:3,97
Selo:107.65445 (F790P134)

CAROLINE DA SILVA SANTANA ALVES-ESCREVENTE

REGISTRO MICROFILMADO
SOB Nº 05789

Teresina Cartório 6º Ofício de Notas
Teresina-PI

Cartório do 6º Ofício de Notas
Francisca de F. R. de Carvalho
Escrevente Compromissada
Teresina-PI

TERESINA CARTÓRIO 6º OFÍCIO DE NOTAS
Maria Amélia Martins Araújo de Arêa Leão - Tabelião
Rua Sete de Setembro, 330 - Centro/Norte - Teresina-PI
Fone/Fax: 086 - 3221-3643 / 3221-6788

APRESENTADO HOJE, PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
☐ P. JURÍDICA ☐ REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
MICROFILMADO SOB Nº 05789
Teresina 25 / 11 / 16

Cartório do 6º Ofício de Notas
Francisca de F. R. de Carvalho
Escrevente Compromissada
Teresina-PI



TERESINA CARTÓRIO 6º OFÍCIO DE NOTAS
TITULAR - MARIA AMÉLIA MARTINS ARAÚJO DE ARÊA LEÃO
RUA 7 DE SETEMBRO, 330 - CENTRO/NORTE - CEP: 64001-210 - TERESINA-PI
FONE: (0x86) 3221-3643 / 3221-6788 - E-mail: cartorio@nazarenoaraujo.com.br
RECONHECO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE: RAMILSON NORBERTO BEZERRA DA
SILVA, DOU. FE. EM TEST. DA VERDADE.
TERESINA-PI, 25/11/2016. Empl.: 3,52 10:00,35 Selo: 0,10 Total: 3,97
CARLA TERESA VIEIRA SILVA Escrevente Compromissada
(29) 29/12535625112016/477

Cartório do 6º Ofício de Notas
Carla Teresa Vieira Silva
Escrevente Compromissada
Teresina-PI



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PIAUÍ - COMARCA DE TERESINA
6º OFÍCIO DE NOTAS

Maria Amélia Martins Araújo de Arêa Leão
TABELIÃ



CERTIDÃO

Certifico a requerimento verbal de pessoa interessada que revendo no meu Cartório o Registro de Pessoa Jurídica, encontra-se protocolado e registrado em microfilme, sob Nº 5783 datado de 25 de Novembro de 2016. Encontrei o Registro de teor seguinte: ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO PIAUÍENSE DOS PRODUTORES DE SEMENTES E MUDAS - APSEM. Esta Conforme. Eu, Francisca de Fátima Rocha de carvalho, Escrevente Compromissada, a digitei subscrevo, dato e assino em público e raso.

Teresina 25 de Novembro de 2016

Em testemunho da verdade

Francisca de Fátima Rocha de Carvalho
Francisca de Fátima Rocha de Carvalho
Escrevente Compromissada

